



ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2024 DO CONSELHO GESTOR DAS UCs DA SABIAGUABA – CGS

(Decreto Nº 12.970/2012, 13.260/2013 | Portaria SEUMA Nº 50/2012, 03/2015 | LC Nº 0281/2019)

Ao décimo terceiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, com início às catorze horas e trinta minutos, por meio de videoconferência na plataforma *Zoom*, realizou-se a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor das Unidades de Conservação da Sabiaguaba – CGS do ano de 2024, que teve como pautas: 1) Informes Gerais; 2) Retirada da areia na Rodovia CE-010; 3) Outros assuntos de interesse. Primeiramente, Gustavo Henrique (SEUMA) assume a palavra, cumprimenta os presentes e avisa da constatação do quórum necessário para início da reunião. Continuadamente, Gustavo Henrique (SEUMA) faz algumas orientações a respeito das etapas e procedimentos referentes à reunião, e na sequência, solicita que os conselheiros se manifestem a respeito da aprovação da ata da reunião anterior, e questiona se haveriam alterações a serem realizadas no documento. Posteriormente, uma vez constatado que não houveram manifestações, foi comunicada a aprovação do documento. Ato contínuo, Gustavo Henrique (SEUMA) indica o prosseguimento para a pauta de “Informes Gerais”, informando que a AGEFIS foi convidada e vai iniciar a reunião com apresentação de ações realizadas, convidando Eliene (AGEFIS) a assumir a palavra. Na oportunidade, Eliene (AGEFIS) assume a palavra, cumprimenta a todos e diz que vai apresentar dois tipos de ações realizadas pela AGEFIS, contextualizando que além das ações de rotina das unidades de conservação, no mês do meio ambiente, foram realizadas duas ações, uma ação na Sabiaguaba envolvendo mapeamento para educação ambiental, fiscalização e limpeza de pontos de lixo e a segunda ação, de combate ao tráfego irregular de veículos no Parque Natural Municipal das Dunas da Sabiaguaba (PNMDS). Com relação ao mapeamento de pontos de lixo, foram trabalhadas três frentes: orientação de moradores sobre dia e horário de coleta; identificação de responsáveis pelo lançamento irregular de resíduos; e limpeza dos pontos de lixo identificados. A ação foi realizada em parceria com a SCSP, que através da Ecofor Ambiental promoveu a atividade de educação ambiental, promovendo orientações e manejo de resíduos. Quanto ao trabalho da AGEFIS, foi feito mapeamento de sete pontos de lixo pelas equipes que trabalham na área, e identificado que os resíduos eram majoritariamente residenciais, justificando a importância do trabalho de educação ambiental direcionado à moradores do território, que a ação teve suporte de segurança da Guarda Municipal e do Batalhão da Polícia de Meio Ambiente. Expondo na apresentação as imagens de “antes e depois” dos pontos de concentração de despejo incorreto de resíduos, e as áreas limpas resultantes das intervenções. Ato contínuo, Eliene (AGEFIS) informa que o formato de arquivo na apresentação não permite reprodução do vídeo anexado, mas que vai disponibilizar via *chat* o *link* do audiovisual das ações, na sequência, segue para caracterizar as ações de combate ao tráfego irregular de veículos sobre o PNMDS. Ato contínuo, Eliene (AGEFIS) aponta que a AMC disponibilizou guincho e equipe para auxiliar na apreensão de veículos, e agentes da Guarda Municipal e Batalhão da Polícia de Meio Ambiente como apoio de segurança, no dia da ação



33 foram flagrados seis veículos trafegando irregularmente, dois pela manhã e quatro de tarde, no total quatro
34 foram apreendidos e dois receberam o ato de infração. Ato contínuo, Eliene (AGEFIS) explica que através do uso
35 da tecnologia de drones, a equipe consegue mapear as rotas de fuga e localização dos infratores, além de à
36 longa distância, registrar com qualidade imagens das placas dos veículos, possibilitando fiscalização efetiva,
37 finalizando sua fala, Eliene (AGEFIS) reforça que vai disponibilizar o *link* dos vídeos via *chat* da reunião. Em
38 resposta, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra e se coloca à disposição para receber os vídeos e
39 disponibilizar ao conselho, parabenizando à AGEFIS pelas ações realizadas, e desejando sucesso para as ações
40 futuras, mencionando cumprimentos especiais à superintendente Laura Jucá Araújo e ao superintendente
41 adjunto Neuveni Vasconcelos. Logo após, Eliene (AGEFIS) assume a palavra e agradece pelo apoio às ações
42 realizadas. Em continuidade, Gustavo Henrique (SEUMA) assume a palavra, agradece à Eliene (AGEFIS) e anuncia
43 que no dia 16/06/2024, próximo domingo, a SEUMA estará junto da AGEFIS, da Guarda Municipal, da SESEC, e
44 do Batalhão da Polícia Ambiental em dois pontos de encontro na Sabiaguaba, sendo duas ações, uma ação
45 intitulada "Nossa Duna Limpa" para limpeza das dunas e praias da Sabiaguaba, e uma Blitz na rotatória da
46 Sabiaguaba para tratar de resíduos e tráfego irregular de veículos nas dunas, convidando os conselheiros a
47 participarem da ação se inscrevendo pelo site da SEUMA, informando que os pontos de encontro serão na
48 barraca "Sabiaguaba Park" próximo ao estuário do Rio Cocó e na rotatória da CE-010, a partir das 07:30. Ato
49 contínuo, Gustavo Henrique (SEUMA) segue para a segunda pauta da reunião: "Retirada da areia na Rodovia CE-
50 010", convidando o conselheiro Rafael Tomyama (CEPEMA) a assumir a palavra. No ensejo, Rafael Tomyama
51 (CEPEMA) assume a palavra, cumprimenta a todos e parabeniza à AGEFIS pela ação, e afirma que não conseguiu
52 identificar a relação da ação com o plano desenvolvido pela comissão constituída, para fazer um plano de
53 monitoramento da Sabiaguaba, que a AGEFIS deve fazer parte desta, e reitera que não conseguiu entender a
54 relação entre o que a comissão teria desenvolvido e a ação pontual mas importante que aconteceu. Em resposta,
55 Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra e esclarece que o trabalho feito não é pontual, que a AGEFIS está todo
56 final de semana fiscalizando, e essa fiscalização em específico, foi comunicada pela AGEFIS, e então foi pedido
57 para que os resultados fossem socializados com o conselho, destacando que é importante estar ciente de que
58 a fiscalização é perene e não pontual. Posteriormente, Rafael Tomyama (CEPEMA) assume a palavra e responde
59 que é ótimo, e que não havia sido informado, o que seria até bom pois o sucesso das *Blitz* tem haver com o fato
60 de não serem avisadas ao que parece, anunciando na sequência que no mês de junho o Governo do Estado tem
61 programação de "junho ambiental", e que na semana seguinte terá o evento "Ceará Pelo Clima" no Centro de
62 Eventos, dia 17/06/2024 pela manhã, com previsão de participação da ministra Marina Silva e do governador do
63 Estado Elmano de Freitas na abertura do evento, que o CEPEMA vai estar participando, e também dia
64 29/06/2024 no Parque do Cocó em área do Parque Adail Barreto a "Festa da Colheita" da agroecologia do Ceará,



65 de promoção da fundação CEPEMA e da Rede Eco Ceará, com parceiros de várias instituições, inclusive com
66 apoio da prefeitura de Fortaleza, no programa de educação ambiental dos Cucas e com apoio da AMC, entre
67 outras instituições, e que seria uma grande alegria a participação da SEUMA, se oferecendo para conversar sobre
68 o convite. Em seguida, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra e agradece ao Rafael Tomyama (CEPEMA) pelos
69 informes. Logo depois, Eliene (AGEFIS) assume a palavra e pontua que gostaria de reforçar o que foi dito por
70 Luciana Lobo (SEUMA), que o trabalho é feito rotineiramente e que inclusive já houveram oportunidades de
71 mostrar o plano e execução para o conselho, e de trazer os números, que hoje foram exibidas as duas ações em
72 específico, que o trabalho rotineiro apenas foi intensificado no mês do meio ambiente e que este prossegue
73 normalmente. Em sequência, Rafael Tomyama (CEPEMA) assume a palavra e diz acreditar que a demonstração
74 dos resultados gera oportunidade para o conselho contribuir com a eficácia do trabalho, e parabeniza pela
75 iniciativa. De prontidão, Eliene (AGEFIS) assume a palavra e agradece. Em prosseguimento, Jeovah Meireles (UFC)
76 assume a palavra, cumprimenta a todos, e diz que achou que Rafael Tomyama (CEPEMA) se referia à
77 necessidade de maior fiscalização e vigilância, que concorda com a importância disso, que acompanhou
78 diversas manifestações nas redes sociais de intenso tráfego de veículos sobre setores em que estão presentes
79 sítios arqueológicos do PNMDs, e que seria interessante se apresentar os pontos específicos de ocorrência das
80 infrações em relatórios mensais, e sobre a dinâmica de fiscalização vinculada às medidas previstas no plano de
81 manejo, que os informes e trabalho acerca das ações de educação ambiental também seriam relevantes, e que
82 gostaria de se colocar à disposição para discutir sobre educação ambiental e a emergência climática, e nesse
83 contexto, as unidades de conservação da Sabiaguaba. Ato contínuo, Jeovah Meireles (UFC) declara que gostaria
84 de saber sobre o andamento das articulações para cercamento do parque, o monitoramento das trilhas, acerca
85 dos sedimentos e a proposta do ecoduto, que acha esta proposta fantástica do ponto de vista de uma política
86 municipal do meio ambiente, que a prefeitura poderia aprovar e apresentar para a sociedade, que significaria
87 um cuidado extremo para com o PNMDs diante do contexto de emergência climática que estamos vivendo.
88 Posteriormente, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra e agradece pelas considerações do professor Jeovah
89 Meireles (UFC), e diz que a SEUMA sempre é grata a sua participação, e que as informações serão compiladas
90 para as próximas reuniões. Em continuação, Gustavo Henrique (SEUMA) assume a palavra e informa o
91 seguimento para a segunda pauta de reunião "Retirada da areia na Rodovia CE-010", trazida pelo conselheiro
92 Rafael Tomyama (CEPEMA), já discutida em reuniões anteriores em presença da SOP, e que a pauta se faz
93 presente para devolutivas das tratativas de reuniões anteriores, majoritariamente associada ao pedido de
94 informações de licenciamento e compensatória ambiental, avisando que a SEMACE foi convidada para reunião
95 anterior mas não se fez presente e que enviou ofício resposta às questões levantadas pelo conselheiro Rafael
96 Tomyama (CEPEMA), apresentando na sequência, o ofício resposta. Ato contínuo, Gustavo Henrique (SEUMA)



faz a leitura do ofício resposta, documento dividido nos seguintes tópicos: 1. Quanto a licença para retirada de areia da duna que cai sobre a rodovia; 2. Quando à anuência concedida para construção da rodovia CE-010; 3. Quanto ao “negócio jurídico” firmado envolvendo o Ministério Público. Nas respostas do ofício, são citados os seguintes documentos: Licença de Operação nº 364/2023 – DICOP; Parecer técnico nº 0425/2021 – SEUMA; Autorização Ambiental nº 112/2021 – SEMA e Autorização Ambiental nº 246/2023 – SEMA; Licença Prévia nº 172/2013 – DICOP; Licença de Instalação nº 230/2013 – DICOP; Licença de instalação nº 66/2016 – DICOP. Após ser finalizada a leitura do ofício, Rafael Tomyama (CEPEMA) questiona se há oportunidade de discutir o documento. No momento que se segue, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra e responde que se o conselheiro quiser se colocar de alguma forma, que pode ficar à vontade, explicando que pela falta de presença do órgão existe risco de não haver resposta para possíveis questionamentos, que a SEUMA enviou o convite e por fim, trouxe a nota de resposta em forma de ofício. Na oportunidade, Rafael Tomyama (CEPEMA) assume a palavra e comenta que gostaria de falar sobre a resposta mesmo tendo conhecimento sobre as condições. Primeiramente, diz não saber se todos os documentos citados estão em posse da SEUMA, e que gostaria desse esclarecimento, e que com relação a própria licença de operação citada, quando a SEUMA através do conselho, dá anuência para outro órgão fazer o licenciamento considerando a particularidade da área, as razões pertinentes para a época, o fato de ser dada essa anuência não quer dizer que órgão não possa ter nenhum conhecimento sobre aquilo que passou a ocorrer lá, e inclusive no sentido de que a anuência possa ser revista, se houver alguma materialidade ou questionamento que possa levar a essa revisão. Ato contínuo, Rafael Tomyama (CEPEMA) pontua que algumas questões para ele levam a esse sentido, que levantam dúvidas sobre a situação, expondo que é um licenciamento que foi renovado e que teria que ter conhecimento sobre as condições da anuência dada, que o parece que ela foi dada para um primeiro licenciamento e depois disso, questiona se houve uma nova anuência para um novo licenciamento. Em continuidade, Rafael Tomyama (CEPEMA) indica que o documento deixa claro que a base do licenciamento não está fundada em um estudo científico, sobre o que significa a interrupção do sentido de movimentação dos sedimentos para o estuário do Rio Cocó, que esta movimentação interrompida pela via, faz com que os sedimentos recaiam insistentemente sobre a CE-010 e são retirados da via, mas não recolocados à duna, que conforme a SOP admitiu em reunião anterior, são transportados para outra área, que a perda de alimentação da duna leva a situação visível de perda de altura, e que este problema é um aspecto de questionamento do licenciamento. Ato contínuo, Rafael Tomyama (CEPEMA) alega que de toda forma, o documento informa que a liberação da obra foi fundada em um Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, e que gostaria de receber o ofício resposta para conferir a numeração do EIA-RIMA, que se for o mesmo que permitiu a construção da rodovia, alguns aspectos precisam ser avaliados, que na época, realizou denuncia ao MPCE pois o EIA-RIMA continha erros de avaliação, que



chegou a constar no documento que o Código Florestal considerava as unidades de proteção permanente como sendo áreas rurais, que os índices aplicados seriam de área rural, e que o EIA-RIMA que liberou a estrada argumentava que como Fortaleza era toda urbana, o plano de manejo não deveria ser observado nesse aspecto por se tratar de área urbana e não rural, havendo inversão por artifício retórico para produzir a liberação da construção da estrada, demonstrando vontade de saber é o mesmo EIA-RIMA e se teve acesso ao documento. Ato contínuo, Rafael Tomyama (CEPEMA) coloca que com relação a pergunta sobre o licenciamento da rodovia, não era em razão propriamente da regularidade do licenciamento, já que do ponto de vista da legalidade, ele atingiu todas as licenças, explicando que a pergunta era sobre a compensação ambiental que foi prometida em função do impacto que a estrada causaria, citando que o próprio documento da SEMACE diz que o licenciamento foi feito em 2013, e que o processo de compensação ambiental está na SEMA, que já se tem passado 10 anos, perguntando na sequência, sobre o que está sendo feito com os recursos que supostamente seriam da compensação ambiental, a serem direcionados para proteção do parque. Finalizando sua fala, Rafael Tomyama (CEPEMA), declara que o documento da SEMACE admite a necessidade de uma outra solução para a retirada de areia da CE-010, e admite que a SOP já em segundo licenciamento que se estende até 2025, ainda não anexou o tal plano de ecoduto ou outra solução mais sustentável para a área, deixando muitas questões abertas ao assunto. Ato contínuo, Rafael Tomyama (CEPEMA) adiciona um comentário que diz ser pessoal, que tem uma pessoa amiga que passa diariamente na CE-010 as 06:00 horas da manhã, e que nesse horário estão lá a retroescavadeira e a caçamba retirando a areia que cai da duna e levando para outro local, segundo essa pessoa, a areia que vem sendo retirada não é a que está sobre a estrada mas é areia da lateral da via, antes mesmo de chegar a cair na via, como forma de se derramar, que as marcas da escavação estão lá, sendo importante que os conselheiros visitem ao local para enxergar, podendo ser feita uma visita com especialista, com pessoal da prefeitura e da própria SEUMA, que para além do tramite de documentos o conselho têm compromisso com a verdade, e o conselho representa uma instituição que combina o interesse da sociedade com a gestão pública, agradecendo aos ouvintes. Em seguida, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra, agradece às considerações do conselheiro Rafael Tomyama (CEPEMA) e pergunta sobre as pautas seguintes da reunião. Logo após, Gustavo Henrique (SEUMA) assume a palavra e avisa que a pauta seria a de "outros assuntos de interesse" e abre momento para considerações dos conselheiros. No ensejo, Jeovah Meireles (UFC) considera que gostaria de tocar nas questões colocadas pelo conselheiro Rafael Tomyama (CEPEMA) mas mais no que diz respeito a retirada da areia da duna, que viu que o local em que se destina a areia já está definido mas que na época dessa discussão o objetivo era de recuperar as áreas degradadas, e depois a redefinição das zonas, demonstrando preocupação com as medidas tomadas para construir uma geomorfologia atrelada ao reflorestamento de áreas degradadas. Com relação às ações de fiscalização, afirma que teve oportunidade de entrar no link e viu que foi



uma ação importantíssima, de visibilidade necessária para ação da SEUMA, no sentido da limpeza e retirada dos pontos de lixos, das práticas de educação ambiental, que seria interessante pensar em como essa estrutura estaria organizada dentro dos preceitos de cuidado com as unidades de conservação e monitoramento, que o monitoramento por sua vez, requer fiscalização. Ato contínuo, Jeovah Meireles (UFC) cita que ficou impressionado com as imagens de jornalista do "O Povo" que demonstravam as lagoas cheias de veículos, o parque completamente pisoteado, com marcas de pneus que promovem erosões, que fragmentam a área, geram desmatamento e perda de biodiversidade, impactos inaceitáveis em uma unidade de proteção como a da Sabiaguaba, com campo de dunas importantíssimo. Sugerindo em seguida, que seria interessante que nas atividades programadas se tivesse uma maior comunicação com a sociedade, que as pessoas possam visitar, que sejam feitos programas com a comunidade, que há oportunidade de aproveitar o polo gastronômico para impulsionar as atividades, e tratar da importância ecológica do parque de dunas para a cidade de Fortaleza. Finalizando sua fala, Jeovah Meireles (UFC) agradece aos ouvintes e afirma ter ficado bastante curioso com relação a algumas questões colocadas por Daniel de Paula (público geral) via *chat*. Posteriormente, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra e agradece às contribuições feitas pelo professor Jeovah Meireles. Em sequência, Gustavo Henrique (SEUMA) assume a palavra e reforça o convite para ação de domingo na Sabiaguaba. Na ocasião, Rafael Tomyama (CEPEMA) assume a palavra, e diz que lhe parece que o conselho tem discutido o assunto pela terceira vez, e que sempre que termina a reunião parece que nada que foi discutido está sendo encaminhado, que fez um pedido de documentos por exemplo, e que a informação se foi encaminhado os documentos mencionados no ofício e o próprio ofício a ser enviado para os conselheiros, que não parece que haja resolução sobre isso, que até entende caso não haja acordo sobre isso, de dar conhecimento a documentos públicos, que o conselho pode até votar contra e que cabe a quem tiver interesse buscar na lei da transparência por exemplo, o acesso, mas que não lhe parece que é o caso, que alguém seja contrário que documentos públicos sejam abertos. Em resposta, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra e pergunta qual seria o pedido feito pelo conselheiro Rafael Tomyama (CEPEMA) para além do envio do ofício resposta. De prontidão, Rafael Tomyama (CEPEMA), pontua que falou que o documento menciona uma série de outros documentos e se esses documentos chegaram a SEUMA junto ao ofício. Em seguida, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra e diz que o único documento enviado pela SEMACE à SEUMA foi o ofício resposta. Logo a seguir, Gustavo Henrique (SEUMA) assume a palavra e confirma que sim, que o ofício teria sido o único documento. No momento que se segue, Rafael Tomyama (CEPEMA) assume a palavra e sugere que sejam solicitados os documentos para conhecimento dos conselheiros, em segundo, Rafael Tomyama (CEPEMA) avisa que Daniel de Paula (público geral) fez pedido de fala via *chat*. Em continuação, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra e solicita que o regimento interno seja consultado com relação à solicitação de fala. Dando



prosseguimento, Gustavo Henrique (SEUMA) assume a palavra e responde que o regimento interno define que quem não tem direito de fala, deve fazer a justificativa da fala por escrito para então ser votada pelo conselho. Logo após, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra e pergunta se o Daniel de Paula (público geral) fez a justificativa. Em resposta, Daniel de Paula (público geral) responde que fez via chat, e pergunta se é o suficiente. Na sequência, Gustavo Henrique (SEUMA) assume a palavra e realiza a leitura do regimento interno Art.23 §7 "as reuniões do CGS serão públicas, sendo, entretanto, o direito de voz assegurado privativamente aos conselheiros, salvo situações excepcionais desde que haja justificativa apresentada por escrito e aprovada por maioria simples do colegiado". Instantes depois, Luciana Lobo (SEUMA) diz que para tornar o processo mais expedito o conselho pode considerar o texto enviado via *chat* como a justificativa do pedido de voz, interrompendo o início da votação para avisar que existe manifestação via chat de Aurélio (público geral) em teor de "a comunidade não poder falar", e responde que sempre que a comunidade quiser falar basta entrar em contato com a SEUMA, que o calendário de reuniões foi publicado, e que é só falar com antecedência que o pedido é atendido, que dessa forma não se prejudica o andamento da reunião ou seguimento do regimento interno, que para solicitações feitas durante a reunião o procedimento é a votação. Após chamada nominal dos conselheiros presentes e apuração dos votos, o pedido de fala é aprovado por maioria simples. Em continuidade, Gustavo Rocha assume a palavra, e convida Daniel de Paula (público geral) a fazer suas considerações. No ensejo, Daniel de Paula (público geral) assume a palavra e pergunta se não existiria a possibilidade da SEUMA como órgão, comunicar a SEMACE que o conselho em 1ª reunião ordinária de 2021 deu anuência condicionada a dois anos, que seria o prazo razoável para apresentar ao conselho o projeto de solução definitiva, sendo o ecoduto ou outra solução, que a anuência dada consta em ata publicada no site da SEUMA, em que o prazo é definido em dois anos. Ato contínuo, Daniel de Paula (público geral) declara que logo mais chega o período de ventos mais fortes, e a SOP novamente vai querer retirar areia, e sem apresentar nada, nem para a SEMACE com relação a alguma solução definitiva, e que o MPCE inclusive judicializou o caso, e que a SOP continua sem apresentar nada, que a SOP estaria tratando como se não fosse nada, como se a retirada de areia não tivesse causando nenhum impacto, complementando que o local de deposição dos sedimentos foi aprovado em reunião do CGS à época, e conclui agradecendo aos ouvintes. Em sequência, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra e cita dois encaminhamentos, o primeiro a solicitação feita pelo Rafael Tomyama (CEPEMA) à SEMACE de pedido de documentos, e o segundo a solicitação de comunicação a SOP para pontos levantados por Daniel de Paula (público geral). Logo após, Jeovah Meireles (UFC) assume a palavra, agradece pelas informações trazidas por Daniel de Paula (público geral) e que gostaria de registrar a participação de Aurélio (público geral), que assim como outras representações de lideranças comunitárias, deveria ter fala primária do ponto de vista de permanência, vivência, acompanhamento e monitoramento do parque, que a SEUMA mostrasse, de fato,



uma solução para o problema dos sedimentos, questão essa levantada há bastante tempo, que o grande público visitante continua a intensificar o problema através do pisoteio da área, além de outros problemas, como a degradação dos veículos aos sítios arqueológicos e biodiversidade, impactando também a geomorfologia e a paisagem. Ato contínuo, Jeovah Meireles (UFC) afirma que enxerga precariedade no processo de fiscalização, que há tempos muitos pedidos foram feitos para que a fiscalização ocorresse aos finais de semana e a AGEFIS respondia que não poderia fazer, e que depois começou a realizar a fiscalização aos finais de semana, período em que de fato ocorre as irregularidades, sugerindo que se combata as causas e não o processo em si. Em complemento, Jeovah Meireles (UFC) diz que solicitou os relatórios de fiscalização, os planos de educação ambiental, e como estão discutindo internamente a recuperação das áreas degradadas do parque, e sugere que as solicitações de participação das comunidades locais, sejam facilitadas, potencializadas e incentivadas. Em resposta, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra, agradece aos comentários do professor Jeovah Meireles (UFC) e indaga se Rafael Tomyama (SEUMA) realizou nova inscrição. Na oportunidade, Rafael Tomyama (CEPEMA) assume a palavra e confirma que é uma nova inscrição para tratar dos encaminhamentos, e diz que diante do que foi apresentado, faria quatro encaminhamentos e mais dois à SEUMA, sobre o que foi apresentado no documento, a proposição seria a de envio de todos os documentos mencionados no ofício resposta pela SEMACE, para então a SEUMA dar conhecimento dos documentos ao conselho, que poderia ser na forma digital, com relação à SEMA, que seja feito questionamento da aplicação da compensatória ambiental da construção da via e da aplicação de seus recursos, com relação à SOP, que seja questionado o plano de solução definitivo ou mais sustentável para o problema da areia da duna que recai sobre a via, como terceiro encaminhamento, que o MPCE seja convidado à reunião seguinte para tratar do acordo e entendimento feito no âmbito do ministério público sobre a área. Ato contínuo, Rafael Tomyama (CEPEMA) complementa que a SEUMA é a responsável pelas unidades de conservação, que sabe que não é preciso dizer isso, que todos sabem, que a responsabilidade das unidades de conservação municipais é do órgão municipal, então tudo que ocorre lá, mesmo que sob alçada de outros entes federativos, deve-se acompanhar o que está acontecendo. Em relação ao pedido que enviou sobre as tratativas de reuniões anteriores, existem dois encaminhamentos para a SEUMA, que colocou no teor de ofício sobre o plano de manejo das unidades de conservação, que pediu que fosse aberto aos conselheiros e comunidade da Sabiaguaba, a discussão participativa do processo de atualização do plano de manejo da Sabiaguaba, e que seja dado conhecimento ao conselho sobre as medidas que vem sendo adotadas para realização da revisão legal do referido plano e que a SEUMA apresente o balanço de mais de uma década de implementação do plano de manejo da Sabiaguaba. No momento que se segue, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra e pede para que os encaminhamentos sejam recapitulados, devido à quantidade de informações contidas nos pedidos para que se organize a apreciação. Posteriormente, Rafael Tomyama



(CEPEMA) assume a palavra, concorda e inicia listando os encaminhamentos: 1. À SEMACE, que seja feito pedido de documentos citados no ofício resposta da SEMACE; 2. À SEMA, via ofício ou convite para reunião seguinte, que seja questionado a compensação ambiental da construção da CE-010; 3. À SOP, que seja questionado como está o plano para solução definitiva do problema de sedimentos; 4. Ao MPCE, que seja enviado convite para esclarecimento de informações acerca do entendimento que houve entre os órgãos sobre a duna da Sabiaguaba e a ação na justiça. Em prosseguimento, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra, e solicita que seja realizado regime de votação para apreciação dos encaminhamentos sugeridos. Atendendo à solicitação, Gustavo Henrique (SEUMA) abre o regime de votação e pede para que o conselho delibere sobre os encaminhamentos pedidos, após apuração dos votos, os encaminhamentos foram aprovados por maioria simples. Em complemento, Rafael Tomyama (CEPEMA) assume a palavra e diz que pediu para que fosse aberto o processo de revisão dos planos de manejo, e para que seja apresentado ao conselho um balanço dos anos, e a revisão do plano de manejo atual, que lhe parece, que soube por alto, que já começou. De prontidão, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra e responde que não começou, e que é coisa da SEUMA mesmo e que haverá tentativa de organização das informações para a próxima reunião, aproveitando para perguntar se os pontos colocados foram encerrados. Em resposta, Rafael Tomyama (CEPEMA) assume a palavra e expressa que sim. Em seguida, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra e diz que ficam então encaminhados os pontos deliberados, que os ofícios serão enviados aos órgãos. No ensejo, Gustavo Henrique (SEUMA) assume a palavra, confirma que os ofícios serão enviados para a SEMACE, SOP, SEMA e MPCE, e que como não há mais inscrições de fala, reitera o convite para as ações de educação ambiental a serem realizadas na Sabiaguaba, agradece à presença de todos e conclui apontando que a próxima data de reunião é dia 08/08/2024. Em conclusão, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra e agradece pela condução da reunião e aos que se fizeram presentes. Sem mais, a Secretaria Executiva do CGS finaliza a presente ATA. Estiveram presentes representantes de 7 instituições, totalizando 08 conselheiros:

Instituição		Representante
01	SEUMA	Luciana Mendes Lobo (Titular)
02	SETFOR	Paola Braga de Medeiros (Suplente)
03	SEPOG	Rosângela de Albuquerque (Suplente)
04	HABITAFOR	Alexandre Viana de Medeiros (Titular)
05	CEPEMA	Rafael Tomyama Toledo (Titular)
06	CEPEMA	Aurinete Santos de Oliveira (Suplente)
07	UFC	Antônio Jeovah de Andrade Meireles (Suplente)



08	INSTITUTO VERDELUZ	Iury Cruz Leite (Titular)
----	--------------------	---------------------------

A reunião contou ainda com demais participantes:

Órgão/Instituição/Entidade		Representante
01	SEUMA	Gustavo Henrique Macedo Rocha
02	SEUMA	Mateus Bezerra da Silva
03	SEUMA	Pablo Cordeiro da Cunha Mello
04	SEUMA	Thais Braga
05	SEUMA	Maria Clara Claro Lira
06	Público geral	Daniel de Paula
07	Público geral	Narciso
08	Público geral	Aurelio
09	AGEFIS	Eliene

Relação dos representantes ausentes na reunião que não apresentaram prévia justificativa: Câmara Municipal de Fortaleza – CMFor: Vereadora Cláudia Gomes (Titular) e vereador Bruno Mesquita (Suplente); Coordenadoria Especial de Articulação Política – COEARP: Nestor Medeiros Conegundes (Titular); Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB/CE: Raphael Pires de Souza (Titular); Secretaria Municipal da Gestão Regional – SEGER: Pedro Lucas Alves (Titular) e Tarik Vasconcelos Oliveira (Suplente); Procuradoria Geral do Município – PGM: Fernanda Diógenes (Titular) e Denise Barbosa Sobreira (Suplente); Associação Náutica Desportiva da Abreulândia – ANDA: Vinícius Mentges de Almeida (Titular); Associação dos Comerciantes e Moradores da Praia da Abreulândia – ACOMPA: Ana Maria de Oliveira Gois (Titular) e Eduardo Castro Santana (Suplente); Associação dos Amigos do Ecomuseu do Mangue - ASADOECOMUNAM: Maria Luiza Sousa Silva (Titular) e Rusty de Castro Sá Barreto (Suplente); Associação dos Moradores e Amigos da Gereberaba - AMAG: Josivan Moreira Alves (Titular) e Adriana Alves Pereira (Suplente); Universidade Estadual do Ceará – UECE: Patrícia Limaverde Nascimento (Titular) e Vaneicia dos Santos Gomes (Suplente); Instituto Chico Mendes – ICMBio: Grasiely de Oliveira Costa Tavares (Titular) e Samuel Nelio Bezerra (Suplente); Imobiliária M. Tadeu Ltda: Manoel Tadeu Magalhães (Titular) e Felipe Gomes Cavalcante (Suplente); Secretaria de Meio Ambiente COBIO/SEMA: Giovanna Soares Romeiro Rodrigues e Narciso Ferreira Mota. Lavram-se os autos, subscrevendo:

Secretaria Executiva do GGC

Ata aprovada por maioria absoluta em reunião realizada no dia 13 de junho de 2025.